

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2658812820200310110232

Processo 0839470-95.2019.8.23.0010 ☆ - (94 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 9597 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

45 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 45

500 por pág.

1

| Seq. | Data | Evento | Movimentado Por |
|--|---------------------|--|--|
| <div><div></div></div> 45 | 10/03/2020 11:02:32 | JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/03/2020) | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| <div><div>45.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2679055IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALPROTOCOLADA01.pdf</div><div>Público</div></div> | | | |
| 44 | 05/03/2020 13:28:06 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 05/03/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 41) JUNTADA DE LAUDO (04/03/2020) e ao evento de expedição seq. 43. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| 43 | 04/03/2020 13:10:32 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 41) JUNTADA DE LAUDO (04/03/2020) | Eduarda Araujo de Oliveira Estagiário |
| 42 | 04/03/2020 13:10:32 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de JOSE SABINO DA SILVA NETO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 41) JUNTADA DE LAUDO (04/03/2020) | Eduarda Araujo de Oliveira Estagiário |
| <div><div></div></div> 41 | 04/03/2020 13:10:14 | JUNTADA DE LAUDO | Eduarda Araujo de Oliveira Estagiário |
| 40 | 04/03/2020 13:09:11 | CANCELAMENTO DE CONCLUSÃO PARA DECISÃO Ref. Conclusão realizada em 02/03/2020 08:32:07. | Lucas Souza de Carvalho Analista Judiciário |
| 39 | 02/03/2020 08:32:07 | CONCLUSOS PARA DECISÃO Responsável: PHILLIP BARBIEUX-SAMPAIO | CARLOS WANDERLEY BARBOSA DE LIMA Analista Judiciário |
| <div><div></div></div> 38 | 02/03/2020 08:31:46 | JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO | CARLOS WANDERLEY BARBOSA DE LIMA Analista Judiciário |
| 37 | 28/02/2020 00:11:48 | PRAZO DECORRIDO Sem Resposta - (Referente a(o) CARTA DE CITAÇÃO (A.R.) determinado pelo evento CONCEDIDO O PEDIDO (09/12/2019) | SISTEMA CNJ |
| 36 | 22/02/2020 00:05:05 | DECORRIDO PRAZO DE JOSE SABINO DA SILVA NETO (P/ advgs. de JOSE SABINO DA SILVA NETO *Referente ao evento (seq. 28) RETORNO DE MANDADO (04/02/2020) e ao evento de expedição seq. 30. | SISTEMA CNJ |
| 35 | 15/02/2020 00:00:17 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de JOSE SABINO DA SILVA NETO) em 14/02/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 28) RETORNO DE MANDADO (04/02/2020) e ao evento de expedição seq. 30. | SISTEMA CNJ |
| 34 | 12/02/2020 00:05:51 | DECORRIDO PRAZO DE JOSE SABINO DA SILVA NETO (P/ advgs. de JOSE SABINO DA SILVA NETO *Referente ao evento (seq. 12) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (10/01/2020) e ao evento de expedição seq. 13. | SISTEMA CNJ |
| 33 | 11/02/2020 00:06:30 | DECORRIDO PRAZO DE JOSE SABINO DA SILVA NETO (P/ advgs. de JOSE SABINO DA SILVA NETO *Referente ao evento (seq. 20) JUNTADA DE CERTIDÃO (15/01/2020) e ao evento de expedição seq. 21. | SISTEMA CNJ |
| 32 | 08/02/2020 00:06:16 | DECORRIDO PRAZO DE JOSE SABINO DA SILVA NETO (P/ advgs. de JOSE SABINO DA SILVA NETO *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (14/01/2020) e ao evento de expedição seq. 17. | SISTEMA CNJ |
| 31 | 05/02/2020 00:04:28 | DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao | SISTEMA CNJ |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08005476320208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANTONIO SOUSA DE BRITO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve o pagamento administrativo no valor de R\$ 1,687.50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

ITAÚ - UNIBANCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 341 AGÊNCIA: 0477 CONTA: 000000078857-4

DATA DA TRANSFERENCIA: 12/11/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ANTONIO SOUSA DE BRITO

BANCO: 341

AGÊNCIA: 01352

CONTA: 000000040035-0

Autenticação:

1FE50F9B89D034F223E4A70742C7A9E365772E2131C09831B9C30922C9A5828E

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Cumprе ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

*Nauma contusão e fratura por um
refeço único e dental, tratamento usual*

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☒ sim ☐ não

Cirúrgico p/ controle das duas

Se sim, especifique a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s)

*e cirurgia cirúrgica e
suturas.*

*→ Paciente com "Indicação tratamento cirúrgico
& com T.F.D. em mãos."*

**T.F.D.: Tratamento para de domicílio*

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º, da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem qualificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

*O.B.S.: na presente data não há causa
deletar o grau de sequela pois não se trata
de possibilidade de tratamento. T.F.D. Cirúrgico*

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

Boa Vista-RR, 02/03/20

Assinatura L. P. Dias
Ortopedista/Traumatologista
CRM 11.945/2009

Clínica São Mateus

CONFORME FICOU EVIDENCIADO EM LAUDO PERICIAL, NÃO FOI POSSIVEL INFORMAR SE HOUVE SEQUELA PERMANENTE, TENDO EM VISTA NÃO TER O AUTOR ESGOTADO TODAS AS POSSIBILIDADES DE TRATAMENTO QUE DEVEM SER REALIZADOS PELO AUTOR.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 9 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR